

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0005122-57.2012.8.26.0233**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
Requerente: **Uniper Hidrogeologia e Perfurações Ltda**
Requerido: **Prefeitura Municipal de Ibaté**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de cobrança ajuizada contra o município de Ibaté em que se alega ter vencido licitação para prestação de serviços ao réu, ocorrendo a efetiva execução do necessário, conforme documento firmado pelo assessor de planejamento Everaldo Sergio Trevisan, porém não houve pagamento da quantia de R\$ 29.500,00.

A inicial de fls. 02/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/33.

Citado (fls. 33, verso), o réu não contestou (fls. 37).

DECIDO.

O réu não contestou a ação. Embora não se apliquem os efeitos da revelia ao ente público, nada há que possa derruir a prova documental na qual a autora lastreia sua pretensão, especialmente a nota fiscal de fls. 11 e recebimento dos serviços atestado às fls. 12 por Everaldo Sergio Trevisan.

A existência de contrato administrativo entre as partes também é incontroverso, conforme documento de fls. 13.

Portanto, presumem-se que o réu está em débito com os valores mencionados na inicial.

Versando a questão sobre direito disponível, nenhuma outra incursão se faz necessária para reconhecer a procedência da pretensão deduzida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de cobrança ajuizado contra o município de Ibaté, **CONDENANDO-O** ao pagamento de R\$ 29.500,00.

Sobre o valor incidirá correção monetária a partir do ajuizamento da ação pelos índices da tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (art. 1º, § 2º da Lei 6899/1981).

O valor também deverá ser acrescido de juros moratórios no patamar de 1% (um por cento – art. 406 CC/2002) ao mês, a partir o mesmo termo inicial, pois a autora atualizou o cálculo até a propositura, ante a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 1º - F da Lei 9494/97.

CONDENO a ré ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, considerando a diminuta complexidade da causa decorrente da falta de contestação, incidindo os mesmos critérios de atualização.

P.R.I.C

Ibaté, 19 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA